

novas da galiza

número 13

ASSALTO À TERRA

► O Forum Negro quer ser observatório galego da cultura

► Assembleia do BNG quer que Quintana conquira "mais autogoverno"

► Derrubam com maças estátua de Franco em Narom

► MLNG rechaça Constituição espanhola em solitário

"Volver a Fumar"
por Santiago Alba Rico

"Medalha para um franquista"
por Miro Villar

Diferentes projectos ponhem de manifesto o desprezo institucional e empresarial polo ambiente, e o novo sacrificio da terra em beneficio dum suposto e irracional *progresso*.



Ameaçadas as Torrentes de Mácara polo projecto de Uniom Fenosa de construir umha barragem.

Implantaçom da 'papeleira' em Louricám incrementará elevada poluiçom na Ria de Ponte Vedra.

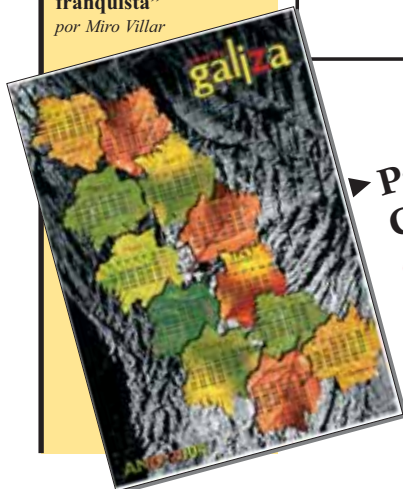
Residências universitárias de Compostela em processo de privatizaçom

Propinas aumentam três vezes mais que I.P.C

A Assembleia de residentes do S.U.R. (Serviço Universitário de Residências) denunciou o propósito encoberto da Universidade de Santiago de Compostela de privatizar o serviço de alojamento. As quotas que o estudiantado paga por estes alojamentos aumentou no presente ano escolar 13%, superando em três

vezes o acréscimo do I.P.C. (3,9%). Ao incremento das quotas deve acrescentar-se a eliminaçom de 120 lugares. Isto é o suficiente para que Martim Paradelo e Nahuel Martearena, residentes do SUR afirmem que se trata de um processo de privatizaçom de um serviço básico para as rendas mais baixas.

Leve-se em conta que esta Universidade, a USC, mantém sem negociar a actualizaçom do concerto económico com a Junta da Galiza. Através deste concerto económico a entidade pública recebe os subsídios por numero de alunos e alunas.



► Páginas Centrais
Calendário do 2004

Editora: Minho Media S.L.

Director: Ramom Gonçalves.

Redaçom: Carlos B.G., Marta Salgueiro, J.Manuel Lopes, Antom Álvarez, Ivám Garcia.

Correspondentes: *Compostela*, Beatriz Peres / *Vigo*, Xiana Gonzalez / *Lugo*, Joám Bagaria / *Corunha*, Armando Ribadulha / *Ourense*, Tiago Peres / *Paris*, J. Irazola / *Madrid*, José R. Rodriguez

Colaboraços: Maurício Castro, Joám Carlos Ánsia, Xesus Serrano, José R. Pichel, Ramom Pinheiro, Carlos Taibo, Ignacio Ramonet, Ramón Chao.

Fotografia: Borxa Vilas, Rosa Veiga, Miguel Garcia, Arquivo NGZ.

Humor Gráfico: Suso Sanmartin, Pepe Carreiro, Pestinho +1.

Publicidade: 639 146 523

Imagem Corporativa: Paulo Rico.

Desenho gráfico e maquetaçom: Miguel Garcia e Carlos Barros.

Correcçom lingüística: Eduardo Sanches Maragoto

NOVAS DA GALIZA
Apartado dos Correios 1069
27080 Lugo - Galiza
Tel: 639 146 523
novasgz@novasgz.com

As opinions expressas nos artigos nom representam necessariamente a posicòm do periódico. Os artigos som de livre reproducçom respeitandoo a ortografia e citandoo procedência. É proibido outro tipo de reproducçom sem autorizaçom expressa do grupo editor.

Fecho de Ediçom: 15.12.03

Voltar a fumar

Por Santiago Alba Rico

Há um par de meses a capa de um jornal dava-nos a seguinte notícia: "Um exemplo de superaçom: o piloto Alex Zanardi volta a conduzir um carro dous anos depois de ter perdido as duas pernas num acidente". Enquanto lia este cabeçalho pensava espontaneamente, numha associaçom involuntária, noutro igualmente sensato: "O triunfo da vontade: o ex-fumador Zano Alessandri volta a fumar dous anos depois de ter perdido um pulmom por causa de um cancro". Eis dous homens -Alex Zanardi e Zano Alessandri- irmanados polo seu obstinado desejo de perder a vida custe o que custar e, em frente deles, umha sociedade que se rende admirada perante o suicida mais rico, que depende para os seus propósitos de um aparato BMW, e despreza e rejeita, em troca, aquele que só precisa para se matar de um diminuto maço de cigarros. 20 milhons de avions sobrevoam todos os anos as nossas cabeças. 800 milhons de automóveis privados lançam para a atmosfera 30% dos gases responsáveis polo efeito de estufa. Só no Estado espanhol morrem anualmente 5.000 pessoas em acidentes de trânsito. E evidentemente, todos nos alegramos, no passado mês de Setembro, com a esperaçosa notícia, impressa com alvíssaras em todos os jornais, de que as cidadás e os cidadaos espanhóis compraram mais de um milhom de carros durante os dez meses precedentes, ascendendo a quantidade nos últimos trinta dias a mais de cem mil. Há umhas semanas, a comissão europeia do Ambiente, Margot Wallström, anunciava publicamente os resultados das análises a que se tinha submetido voluntariamente: o seu sangue estava contaminado com 28 substâncias tóxicas, proibidas pola UE por causa dos seus efeitos cancerígenos. O sangue do líder do grupo liberal no Parlamento de Bruxelas, Graham Watson, continha 31, e o mesmo experimento realizado em 156 cidadaos e cidadás británicas oferecia resultados semelhantes. Entom? Enquanto os fumadores som acoçados, vilipendiados, arrojados com o seu vicio aos mais sinistros reservados, excluídos dos seguros médicos e responsabilizados polas suas doenças até ao ponto de se lhes recusar o direito à Segurança Social, as empresas espanholas lamentam a tragédia

que supõem para a indústria do nosso país os acordos de Quioto, cuja aplicaçom lhes vai custar alguns milhons de euros, e exigem do Estado -eles, habitualmente tam reacçionários a toda intervençom estatal- que compre da conta do orçamento público "direitos de poluiçom" a naçoms mais limpas: quer dizer, reclamam que os cidadaos espanhóis paguem às empresas por envenená-los, da mesma maneira que no arrepiante filme Brazil, em os detidos tinham que assumir as despesas das torturas.

Está bem que se sente no



banco dos réus o anjo exterminador da Philip Morris, adulterador assassino de milhars de pessoas, ainda que isto só sirva -como em geral a sensibilidade ecológica dos ocidentais- para deslocar o negócio da morte para um indefeso Terceiro Mundo. Mas convém nom fecharmos os olhos à evidência de que a "correçom política" contribui sobretudo para que tenhamos os olhos fechados, à evidência de que, sob aparente racionalidade civilizada, os valores "politicamente correctos" servem basicamente para culpar o individuo à medida que é privado de soberania e para irresponsabilizar os governos e as empresas à medida que se dotam de um poder mais irresistível. Há

já 20 anos que um escape venenoso matou na cidade indiana de Bophal 8.000 pessoas numha só noite (três vezes as vítimas das Torres Gémeas) e nenhum directivo da Uniom Carbide foi condenado, apesar de se ter demonstrado que a instalaçom nom cumpria todas as medidas de segurança preceptivas: afinal de contas, como provava com umha máquina de calculadora na mao o ex-funcionário do Banco Mundial Lawrence Summers, a vida de um indiano vale cinqüenta vezes menos do que a de um estadunidense. Umha série de decisoms rotineiras, desconexas e invisíveis -intra musculares, se quigermos-, como as de Eichmann no seu gabinete, produzem inevitavelmente um "acidente" e aceitamos que esta categoria fraudulenta incube os seus ovos de destruiçom nas condiçoms mesmas da nossa existência -o corpo e o ar. O "acidente" converteu-se na estrutura mesma da nossa vida: resig-namo-nos às vacas loucas, ao piche, ao milho transgênico e aos bombardeamentos no Iraque. Os homens morrem por acidente e vivem, portanto, de milagre. O aumento 'gargatuesto' do consumo de carne em Occidente está a matar à fome centos de milhars de camponeses do Terceiro Mundo que cultivam raçoms para os nossos frangos. O uso ofegante de telemóveis e computadores pessoais matou três milhons de congolenses nos últimos cinco anos. Porém, o governo adverte-nos acusador de que o tabaco é prejudicial para a nossa saúde. O que podemos fazer é deixar de

fumar e perseguir os fumadores. Roma está a arder; apaguemos os cigarros. A irresponsabilidade das multinacionais é, com efeito, directamente proporcional à acusaçom dos individuos. Se maior irresponsabilidade maior culpa. Na ordem antropológica, o objecto desta criminalizaçom chama-se tabaco, na ordem política, "terrorismo". Creio que chegou o momento de acometermos um acto supremo de vontade e voltemos a fumar, ainda que para isto tenhamos que escavar umha catacumba. Creio que chegou o momento de acometermos um acto supremo de superaçom e voltemos a protestar, ainda que nos acusem de "terroristas". Afinal de contas, é o mais inocente, o mais inofensivo que podemos fazer neste mundo.

sumário



'LOU à portuguesa'

Analizamos as linhas mestras da reforma educativa em Portugal, muito semelhante à imposta na Galiza.

12

Ence planifica perpetuar-se na ría

Implantaçom da 'papeleira' em Louriçám fecha o ciclo do papel e também as possibilidades de salvar a ría de Ponte Vedra.



11



Pretendem arrasar Torrentes de Mácara

Espaço natural privilegiado pode ser vítima da irrupçom das represas.

10

Somando esforços para unha informaçom liberada

O portal galizalivre.org integra-se na empresa Minho Media S.L., editora de NGZ.



7



Entrevista à Matraca Perversa

Conversamos com um dos grupos mais prometedores da cena musical, convertido agora em colectivo.

15

editorial

O ensino público, à venda

A lógica do mercado e também o pensamento neoliberal, condiciona de modo funesto o ensino actual. A educaçom, direito fundamental da humanidade, está a experimentar um processo de mercantilizaçom a nível internacional. Do ponto de vista capitalista, o ensino constitui umha indústria lucrativa, capaz de gerar grandes beneficios. Mas, os estados som os grandes responsáveis por esta situaçom, ao concederem ajudas multimilionárias ao ensino privado. Deste modo, o papel do ensino público passou de ser social a constituir-se em simplesmente assistencial.

No Estado espanhol esta situaçom começou a evidenciar-se durante os governos do PSOE, etapa em que se aprovou a LODE (Lei Orgánica do Direito ao Ensino), norma que consagrará as subvençoms aos centros educativos concertados. Com a passagem dos anos, tanto os governos do Estado como os da CAG, virám a aumentar consideravelmente as verbas destinadas ao ensino privado. Parece-nos polo menos paradoxal que a socialdemocracia espanhola fosse a encarregada de assentar as bases da privatizaçom do ensino. Outra circunstância que nom pode passar despercebida é que a maior parte dos centros concertados som religiosos e, na maioria, adoptam-se medidas discriminatórias, entre as quais

salienta a segregaçom por sexos. Tampouco cumpre esquecer que, entre os centros privados que beneficiam de financiamento público, figuram os do Opus Dei.

A chegada do PP nom fixo mais do que impulsionar mais políticas neoliberais para o ensino. A LOCE (Lei Orgánica da Qualidade da Educaçom) formaliza os subsídios ao ensino privado nom obrigatório, nomeadamente, o infantil. Ainda, por meio dos itinerários, os alunos e alunas classificam-se segundo as suas capacidades e aspecto, o qual é claramente discriminatório. No entanto, o ensino universitário tampouco representa umha excepçom. Na mente do estudantado galego ainda estão presentes as mobilizaçoms contra a LOU (Lei Orgánica de Universidades), organizadas para pôr de manifesto a oposiçom contundente e inequívoca dos universitários e universitárias galegas contra umha norma que consolida a privatizaçom, a elitizaçom e a espanholizaçom do ensino superior. Pois bem, no presente número do NGZ debruçamo-nos sobre este mesmo processo, mas neste caso, exemplificado através do caso português, país em que desde que governa a coligaçom PSD-PP, som continuas as políticas regressivas no eido educativo.

Suso Sanmartin

LEI DE QUALIDADE?
NÃO, CONTRA-REFORMA.



notícias

Burla Negra convoca Fórum Negro como primeiro passo para a criação de um observatório galego da cultura

Cria-se Fórum Permanente da Cultura Galega para a transformação social da Galiza

Redacção

O Fórum Negro celebrado em Compostela nos dias 13 e 14 de Dezembro foi o primeiro passo para a constituição de um fórum permanente da cultura galega. Quatro mesas simultâneas chamadas Cultura e Poder, Um novo Discurso Cultural, Redes Culturais Alternativas e A Cultura em Acção, serviram para que as pessoas participantes nelas decidiram no Instituto Galego da Informação constituir um espaço comum para a cultura galega que sirva de ferramenta para afrontar as mudanças que se avizinham. Duas frentes abertas, a da reflexom e a da açom transformadora da sociedade, som os eixos sob os que se quer dotar os colectivos sociais e culturais de umha ferramenta que conquiste a transformação da sociedade galega. A data para a constituição deste fórum permanente ficou fixada para o 13 de Fevereiro em convocatória aberta a todas as pessoas que quiserem participar.

Conclusons do Fórum Negro

As conclusons definitivas do fórum serán publicadas na rede nos próximos dias. Mas para além disso, o congresso definiu os eixos básicos sobre os que trabalhar para a consecução do Fórum Permanente que funcione como Observatório da cultura da



Galiza. As bases do encontro fôrom:

1- Necessidade dos sectores mais activos da cultura galega de terem umha voz própria. Com todos os sectores que quiserem participar, foi proposta a criação de um espaço com voz crítica que defina as açons e intervençons na realidade galega.

2- O novo fórum permanente estaria já desligado do Prestige e de Nunca Mais e começaria a trabalhar na transformação social da Galiza. Serám as pessoas relacionadas com o mundo da cultura a fazerem um trabalho mais autónomo em beneficio do fórum.

3- Iniciar umha nova dinâmica cultural sobre valores próprios, como participação, pluralidade, comunicação, democracia, criatividade, auto-estima e confiança nas nossas raízes culturais. Elaborar umha nova linguagem e umha nova ética cultural.

4- Criaçom de um discurso crítico.

5- Impulsar novos canais de distribuição.

6- Definir novos modelos de açom e intervençom. No prazo de um mês, a organização do fórum negro tirará as conclusons do encontro celebrado no IGI. Todas aquelas pessoas interessadas em participar na criação deste novo fórum permanente da cultura galega podem participar a partir das suas propostas nas mesas de trabalho que considerarem oportunas ficando convocadas para o dia 13 de Fevereiro, às 18h00 da tarde no IGI, novamente em regime de autoconvocatória.

Exposiçom de experiéncias

Ao lado das quatro mesas de discussom, fórum expostas diferentes iniciativas no Auditório do IGI. No transcurso de toda a tarde do sábado 13 de Dezembro,

25 colectivos sociais e culturais da Galiza dêrom a conhecer as diversas actividades culturais transformadoras da realidade que realizam nas suas localidades. Experiéncias que vam das associaçons vicinais, locais sociais, rede alternativa de cinema até portais de Internet, publicaçons, rádios ou festas do ciclo festivo galego recuperadas. Nesta palestra participárom pessoas da Estrada, Cee, Compostela, Lugo, Ourense, Chantada, Ferrol, Ribadeu, etc. Para além de âmbito de troca de experiéncias este fórum serviu para que os diferentes colectivos se relacionassem entre eles em prol de umha melhor e necessária colaboraçom.

Grupos de trabalho

Um dos acometimentos do Fórum Negro foi a criação de um fórum permanente de reflexom e açom para a cultura galega. Abre-se desta maneira um

tempo de constituição dos grupos de trabalho que quiserem definir as suas necessidades através desta ferramenta de trabalho. Assim, todos os colectivos sociais e culturais da Galiza temhem a oportunidade de participar nele, assistindo com as suas propostas à próxima convocatória do fórum a 13 de Fevereiro. Da mesma maneira, é possível enviar as propostas à pagina do Fórum Negro que permanecerá aberta, <http://burlanegra.vieiros.com/foronegro>.

Entretanto, no encontro celebrado no IGI, dous grupos de trabalho ficárom já constituídos e farám os seus contributos conjuntamente na próxima cita. Os locais sociais da Galiza constituírom também o seu próprio grupo de trabalho, do mesmo modo que os meios de comunicação livres galegos, onde se encontra NovasGz.

Propinas aumentam na USC três vezes mais que I.P.C

Redacção

A Assembleia de residentes do S.U.R (Serviço Universitário de Residências) denunciou o propósito encoberto da Universidade de Santiago de Compostela de privatizar o serviço de alojamento. As quotas que o estudantado paga por estes alojamentos aumentou no presente ano escolar 13%, superando em três vezes o acréscimo do I.P.C. (3,9%). Ao incremento das quotas deve acrescentar-se a eliminação de 120 lugares. Isto é o suficiente para que Martim

Paradelo e Nahuel Martearena, residentes do SUR afirmem que se trata de um processo de privatização de um serviço básico para as rendas mais baixas.

Leve-se em conta que esta Universidade, a USC, mantém sem negociar a actualização do concerto económico com a Junta da Galiza. Através deste concerto económico a entidade pública recebe os subsídios por numero de alunos e alunas. Mas no que diz respeito ao alunado, está-se a verificar umha importante redução no numero de inscriçons polo facto de terem sido criados

vários campus espalhados polo País sem umha mínima estruturação. A USC "pretende fazer com que seja o estudantado com menos recursos económicos a pagar as despesas". Ainda, cumpre apontar que a USC mantém um endividamento de "18 milhões de euros", explicárom os residentes. Além disto, o Conselho de Governo, órgão de adopçom de decisons da universidade, tem umha ampla representaçom de entes privados como diversas entidades bancárias, que usurpam o caracter público da universidade. Umha

situaçom arrastada desde a aplicaçom da L.O.U..

Por causa do incremento das propinas, a Assembleia de residentes do SUR protagonizou vários cortes de trânsito e manifestaçons e assistiu também a várias entrevistas com a vice-reitora Helena Vázquez. Contudo, as novas propinas nas diferentes residências universitárias do SUR começárom já a se aplicar. Para além do aumento económico a assembleia está a reivindicar outras questons que dizem respeito ao funcionamento e à organização das residências, como

umha assembleia de residentes em cada centro, a eliminação dos postos de direcçom, a eliminação da percentagem para estudantes estrangeiras e estrangeiros, reduzido a 200 pessoas por ano, assegurando-se-lhes os mesmos critérios de admissom que ao resto das pessoas. No SUR também apontam que a residências "deve caminhar para serem gratuitas" e que no momento da entrada num destes alojamentos "deve eliminar-se a média académica pesando unicamente a renda económica".

XI Assembleia Nacional evidencia distensões entre o sector crítico e o maioritário

Quintana reclama "mais autogoverno" após ser eleito porta-voz nacional do BNG

Redacção

A XI Assembleia Nacional do BNG passará à história do nacionalismo galego como a da sucessão de Xosé Manuel Beiras como porta-voz nacional da organização e como candidato à presidência da Junta da Galiza. No seu posto será substituído por Anxo Quintana, que proclamou nesta assembleia a necessidade de que a Galiza atinja "maiores quotas de autogoverno", como também a importância do "reconhecimento do carácter plurinacional do Estado espanhol", polo que "cumpra reformar a Constituição". O ex-presidente da Cámara de Alhariz marcou como próximo objectivo do BNG "a vitória nas eleições autonómicas de 2005". Segundo Quintana, para ser conseguida esta meta, "cumpra conectar com a maioria social que pensa apenas no País, que nom fai distincións entre a esquerda e a direita". Do mesmo modo, Quintana defendeu o modelo frentista da formação e mostrou-se partidário de que o Bloco esteja cada vez "mais forte e coeso", polo que "temos que acabar com o BNG dos confrontos". O novo porta-voz nacional foi eleito com 75% de votos da Assembleia, perante 22% atingido polo seu rival, Camilo Nogueira. O ex-dirigente de Esquerda Galega pronunciou um discurso mais soberanista que o de Quintana, com alusões ao direito de autodeterminação: "Este é o momento de sermos mais nacionalistas do que nunca, porque agora, o revolucionário é nom darmos um passo atrás diante da involução democrática". Nogueira, demandou um "Estatuto de nação" com "competências exclusivas e com capacidade económica própria" e também



Quintana, com Beiras, sauda a Assembleia após ser eleito novo porta-voz nacional do BNG

assegurou que o Bloco "nom virá a ganhar mais votos por ser mornamente galeguista, e deve portanto diferenciar-se do PSOE". Nogueira concluiu o seu discurso a fazer um chamamento favorável ao "avanço no processo de construção nacional". No tocante à eleição do novo Conselho Nacional, a lista apresentada por Beiras obteve 1.606 votos (71%), perante os 639 (28 %) que conseguiu a Corrente Nom Adscrita, encabeçada por Roberto Mera. Finalmente e à espera da eleição dos e das representantes das comarcas, o Conselho Nacional fica composto por cinquenta membros: trinta e seis correspondentes à lista de Beiras e catorze à de Roberto Mera. Por conseguinte, a Executiva resultante será integrada exclusivamente por membros da candidatura de Beiras, já que a lista da Corrente Nom Adscrita ficou às portas da percentagem de 30 % dos votos que lhe permitiria

formar parte deste órgão. Roberto Mera considera que a apresentação da candidatura que lidera "é um exemplo de democracia, participação e nom é contra ninguém". O vereador do BNG em Ponte Areas também assegurou que a existência da lista que representa "serve para garantir espaços de liberdade" e que nunca será empregada como instrumento para "a confrontação". Mera salientou o direito à "discrepância". Por seu lado, Francisco Jorquera, da UPG, acusou a Corrente Nom Adscrita de dar "de bandeja as discrepâncias internas do BNG aos meios hostis". Na mesma linha, indicou que na presente assembleia "sim houve renovação, representada na direcção e no novo candidato". Jorquera culpou também o grupo de Mera de falta de coerência, "ao reivindicar a vigência dos postulados da X Assembleia, embora tivesse apresentado numerosas emendas àquelas teses". A

seguir, Jorquera comparou esta actuação com a do PP, "que outrora se opuiu à Constituição defendendo-a agora". Estas palavras ocasionaram os assobios e apupos dos seguidores e seguidoras de Mera. Entretanto, outras vozes do sector maioritário acusaram a candidatura de Mera de "querer falar em nome dos independentes do BNG, que som pessoalmente nom adscritas a nenhum partido, colectivo ou corrente, polo que se está a usurpar a representatividade da maioria de filiados e filiadas do BNG". Por outro lado, Xosé Manuel Beiras aproveitou a sua intervenção no discurso de clausura da Assembleia para instar os membros do Bloco a "terem confiança recíproca e respeito". Por último, na apresentação das delegações internacionais, quando foi nomeado Pere Esteve, representante de ERC, umha parte importante do público começou a proferir palavras de ordem em prol da independência.

Apenas o independentismo rompe consenso constitucional

■ NGZ

O 25 aniversário da Constituição espanhola serviu para ilustrar mais umha vez a posição das diferentes forças políticas galegas ante o quadro jurídico-político. Enquanto o espanholismo goçou de todo o potencial dos *mass-média* para vitorear o texto constitucional e reivindicar a sua vigência, o BNG cenificou a sua aposta pola reforma com concentrações autodeterministas das mocidades e obediência protocolar dos seus cargos autonómicos. As vozes mais claras contra o enquadramento jurídico-político foram deliberadamente silenciadas polo conjunto dos meios de comunicação presentes na Galiza, com a excepção de NovasGZ e diversas publicações de formato digital. Assim a campanha levada avante nos últimos meses por NÓS-UP, apesar de se terem organizado actos políticos e lúdicos em cinco cidades galegas e de se ter culminado a intervenção com umha concentração nacional em Vigo o próprio dia 6 de Dezembro. Ali, a organização independentista congregou por volta de 150 pessoas na céntrica Rua do Príncipe durante quase umha hora, que terminou com a aplaudida queima de umha bandeira espanhola. A reivindicação continuou com um concerto no local social A Revolta. Porém, longe de se interromper o trabalho político nesta data, NÓS-UP manifestou que um dos eixos fundamentais de intervenção nos próximos meses vai ser a denúncia do enquadramento jurídico-político e a socialização dos direitos democráticos, designadamente o de autodeterminação, entre diferentes sectores do nosso País. A FPG, por sua vez, fijo público um manifesto por umha política republicana e de esquerda em que se avaliam 25 anos de monarquia parlamentar e se aposta na continuação de umha política de resistência anticonstitucional. Quanto ao mundo da cultura, as Redes Escarlata manifestaram que na rua Génova ondeam as mesminhas bandeiras de há mais de 25 anos na Praça de Oriente e figuram um chamamento para a esquerda nacionalista recuperar o seu pensamento crítico e radical contra os fundamentos da Constituição espanhola.

Confrarias apresentam recurso contra Real Decreto

■ NGZ

A Coordenadora das Confrarias apresentou um recurso contencioso administrativo perante o Tribunal Supremo para paralisar o Real Decreto do governo espanhol para as indemnizações ao sector afectado pela contaminação da costa que produziu o Prestige. Também solicitaram do juzgado de Corcubión a sua intervenção para que vele pelos interesses dos afectados e afectadas no reparto de ajudas do FIDAC. Os advogados e advogadas das confrarias do Sul da Galiza, de Noia e da Corunha manifestavam que neste recurso pede-se do Tribunal Supremo que tome medidas cautelares. Os advogados fígeron um chamamento a todos os patrons maiores para informarem em assembleias os seus associados e associadas. A coordenadora das Confrarias representa 12.000 afectados e afectadas polo Prestige e apoiam-se para este recurso num relatório da Catedrática de Direito Civil, Paz García Rubio elaborado a pedido do Ministério da Ciência e da Tecnologia em que a catedrática assegura que o Real Decreto deixa indefesos os afectados e afectadas, "aproximando-se da inconstitucionalidade" ao se lhes recusar o direito a utilizar a via judicial para poder receber as indemnizações.

Recuperando a memória histórica

NÓS-UP derruba a estátua de Franco em Narom, coincidindo com o Congresso da Memória

Redacção

Nos passados dias 27, 28 e 29 de Novembro desenvolveu-se no Paço da Cultura de Ponte Vedra, organizado pola Asociación Sócio-Pedagógica Galega (ASPG), a Asociación Galega de Historiadores e Historiadoras (AGH) e a Universidade de Vigo e sob iniciativa da Cámara Municipal de Ponte Vedra e a Fundación Alexandre Bóveda, o

Congresso A Galiza de Bóveda. Neste encontro, especialistas na figura de Alexandre Bóveda e no nacionalismo como Xosé Estévez, Carlos F. Velasco Souto, Uxío-Breogám Diéguez, Aurora Marco, Noa Rios Bergantinhos e Bieito Alonso, entre outros e outras, lembráron o nacionalista aprofundando nele a partir de diferentes perspectivas. A biografía, o contexto republicano, o compromisso e

o pensamento político e a represión fóron algunhas das cuestións tratadas sobre Bóveda. Enquadrado no ano do centenario do seu nascimento, este foi o primeiro congreso destas características que girou em torno de unha persoa que foi fundamental na historia nacional da Galiza e que foi assassinado no dia 17 de Agosto de 1936 polo seu compromiso nacionalista e republicano.

Entre as conclusións destacamos a iniciativa de creación de un centro de estudos e documentación sobre a historia do galeguismo, como tamén a tese do elemental que é a recuperación da memoria histórica como acto de justiça perante a impunidade com que se cometeron crimes como o assassinato do propio Alexandre Bóveda ou o Golpe de Estado de 1936.

A Galiza de Bóveda terminou com un recital poético em que participaron Bernardino Granha, Manuel María, Darío Xoán Cabana, Ana Román, Enma Couceiro e X. M. Álvarez Caccamo, entre outros e outras, seguido de unha actuación musical de Maite Dono, Prémio Esquio 2003 (<http://www.agalizadeboveda.org>).

No que diz respeito á recuperación da memoria histórica cumpre salientar aínda a celebración em Narom, entre os días 4 e 7 de Dezembro, do Congreso da Memória. Foi esta unha interesante iniciativa, organizada pola Asociación Cultural Memória Histórica Democrática, em que se citáron estudiosos e estudiosas da represión franquista e da realidade histórica do noso país como Hartmut Heine, X.C. Garrido Couceiro, Carlos F. Velasco Souto, Víctor Santidriám, Uxío-Breogám



Voluntários de NÓS-UP derrubam a estátua de Franco em Narom / P.Rico

Diéguez ou María Jesus Souto. (<http://memoriahistorica-democratica.org>).

Derrubam estátua de Franco

O fim do Congreso coincidiu com un espectacular acto de rechaço ao continuismo entre o franquismo e o actual regime mediante o derrubamento dumha estátua de homenagem ao ditador erigida em Narom. Contra as onze da manhã, quatro voluntários encapuzados saíron da concentración convocada pola organización independentista frente o monumento, para, primeiro, tingir de cor-de-rosa a figura de Franco, e posteriormente derrubá-la com a ajuda dumha maça. Quando a policía se apresentou no lugar, a estátua já se encontrava rota e no chão, enquanto a cabeça do ditador tinha desaparecido. A rapidez da acción impediu a detención dos autores, embora dous jovens fóron identificados e obrigados a declarar na esquadra policial, antes de ser postos em liberdade. (www.nosgaliza.org)

Inaugurado novo local social em Ponte Vedra

Redacção

No passado dia 5 de Dezembro inaugurou-se na vila do Leres un novo centro social promovido pola Asociación Cultural Reviravolta. A festa de abertura realizou-se no próprio local, sito na rua Arcebispo Malvar nº33 - próxima da Cámara Municipal de Ponte Vedra. Houvo repichoca e diversas actividades para comemorar a posta em andamento desta iniciativa em que estivéron a traballar durante os últimos meses persoas do mundo nacionalista e reintegracionista. As promotoras e promotores do projecto enquadram-no "numha

prática diária de construción nacional, da base, que demonstra a possibilidade de fazer a Galiza sem subsidios nem licenças". Asseguram que a iniciativa terá o papel de "centro de socialización na cultura nacional" e "impulsionador das mais diversas propostas que tiverem o País como epicentro". De modo simbólico, a abertura de Reviravolta tivo lugar 24 horas antes do aniversario da nom aprovação da Constitución española de 1978 polo povo galego. A Reviravolta, que abre todos os días de 17:00 a 0:00, expom na actualidade unha exposición com gravados de Castela.



www.novasgz.com | novasgz@novasgz.com | Telefone: 639 146 523



O melhor presente para o Natal **galiza**
Umha assinatura a Novas da Galiza

Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a
NOVAS DA GALIZA, Caixa dos Correios 1069 (C.P. 27080) de Lugo

1 Ano = 12 números = 20 € Assinante Colaborador = 30 €

Nome e Apelidos Telefone

Endereço C.P.

Localidade E-mail

Nº Conta

Junto cheque polo importe à ordem de Minho Média S.L.

Assinatura

Minho Media S.L. e galizalivre.org somam esforços pola informaçom libertada

Galizalivre.org integra-se em Minho Média S.L., a empresa editora de Novas da Galiza

Mais de dous anos transcorrerom já desde a apariçom do portal de Internet galizalivre.org primeiro, e pouco depois, a publicaçom da imprensa Novas da Galiza, editada pola recém-constituída sociedade Minho Media S.L.. Dous projectos paralelos, levados avante com o esforço e a ilusom de dous colectivos diferentes, mas com idéntica vocaçom para servir a Galiza e a verdade, a informaçom como ferramenta do povo a caminho da sua libertaçom. Cada projecto pola sua senda, quando iniciávamos a construçom destes meios de comunicaçom e assentávamos os primeiros alicerces do projecto, éramos bem conscientes das dificuldades e entraves com que íamos topar no caminho. Os e as activistas de galizalivre.org e os e as responsáveis por Minho Media S.L. renunciávamos à estratégia de procurar espaços entre a comunicaçom social do inimigo para empenharmos na criaçom da imprescindível estrutura mediática própria. Aquelas peias e dificuldades, previstas desde o início, iam das que afectavam aspectos de carácter especificamente económico, até outras ligadas à distribuiçom do jornal ou a publicaçom do Portal. Estes entraves verificavam-se também no momento de constituir um corpo social que se identificasse com o projecto, o sustentasse e o impulsionasse. Afinal, todas as

dificuldades se confirmáram, mas a sua superaçom já começou. Digamos, sendo rigorosos e rigorosas, que o nosso contexto, dominado polo pensamento único e a mercantilizaçom de umha informaçom servil com o poder estabelecido, e condicionado por navegarmos contra a corrente dominante, nom foi o mais favorável, mas dele surgiram e surgem algunhas das possibilidades mais fecundas de um projecto formativo e informativo como o proposto. O pequeno trecho avançado tem servido para confirmar aquelas previsões iniciais, mas também, e isto é para nós o mais importante, para demonstrar a viabilidade de projectos galegos e alternativos de comunicaçom nos tempos que correm. Sem submissos. Sem ataduras. Sem servilismos partidários. Projectos que, como Minho Media S.L. e galizalivre.org, contam exclusivamente com o apoio de centos de galegas e galegos conscientes da necessidade de instrumentos de comunicaçom e informaçom nacionais e ao serviço dos interesses das maiorias. Ao longo do trajecto percorrido nestes dous anos, consolidam-se duas equipas humanas que por enquanto já chegarom muito longe: Minho Media S.L. edita o Novas da Galiza, um jornal que chega ao País com puntualidade primeiro bimestral e que agora já é mensal, com umha equipa jornalística pre-

parada e profissional, com um desenho moderno e umha qualidade técnica importante. Um sistema de distribuiçom que abrange de dia para dia mais comarcas do País e um número crescente de assinantes. Paralelamente, do ponto de vista empresarial a gestom da sociedade tem conseguido alargar o accionariado, sendo hoje vinte e cinco as pessoas sócias que compoñem a Junta Geral. Nunca a reintegracionismo tinha contado com um meio impresso de difusom geral com a qualidade, periodicidade e projecçom do Novas da Galiza. Para além disto, a sociedade pujo em andamento um projecto editorial que, sob a denominaçom A Fenda, tencionava converter-se numha editora de livros em galego-português de quaisquer géneros (literatura, ensaio, banda desenhada...). galizalivre.org é o portal da Galiza na Rede. A sua apariçom meteórica no panorama de meios electrónicos galegos causou admiraçom nos e nas próprias artífices, atingindo na actualidade à volta de um milhom e meio de visitas mensais, situandose assim como um dos dez meios galegos da rede mais visitados, concorrendo mesmo com as ediçom digitais dos jornais do regime. A variedade dos seus conteúdos, que nom se limitam a informar

já que também abrangem um amplo leque de temáticas (cinema, meteorologia, opiniom, biblioteca, etc.) e os serviços que proporciona a quem o visitar (correio electrónico, serviço de notas de imprensa, jogos, etc.) contribuiu, sem dúvida, para a sua popularizaçom como o portal de referência na nossa comunidade nacional.

O encontro e mútuo reconhecimento de dous projectos que, intervindo informativamente na sociedade, acabáram por se orientar numha direçom idéntica, e a constataçom de que, tanto o meio



impresso como o electrónico, trabalhamos no sentido da construçom nacional galega, a partilha de objectivos e dificuldades e a consciencia da necessidade de reforçar e alargar um espaço comunicativo que tenha a Galiza como epicentro, contribuírom para gerar a necessidade de unificaçom sentida pola Junta Geral de Minho Media S.L. e o colectivo impulsionador de galizalivre.org. De tal maneira que, hoje, podemos apresentar à sociedade galega o Acordo de Integraçom assinado

polas duas entidades. Resumidamente, este processo concretiza-se na uniom das duas iniciativas mediáticas, que ficarám englobadas sob a empresa Minho Média S.L., partilhando fontes e conteúdos informativos, favorecendo a optimizaçom dos recursos materiais, económicos e as equipas humanas que sustentam o meio impresso e o electrónico e mantendo a identidade de cada um deles. Esta fusom nom representa a soma de dous entidades, mas a multiplicaçom dos projectos com toda a convergadura dos mesmos. Nos próximos meses serám visíveis os frutos deste ambicioso projecto remoçado. De agora em diante, Minho Média S.L. será referência obrigada da informaçom livre e desintoxicada da Galiza. A sociedade impulsionará, unindo esforços e canalizando recursos, o grosso da comunicaçom social exprimida em galego-português. Aguardamos que esta aposta sirva para a consolidaçom e alargamento do campo da comunicaçom que trabalha pola independência, e convidamos as nossas leitoras e leitores a fazer parte do processo polo que este país começa a retomar a sua palavra. Sem mediaçom. Sem servilismos. Sem mordaçom. Com independência.

Umha afectuosa saudaçom de
Minho Média, SL

Medalha para um franquista

Miro Villar

A Cámara Municipal de Cee, com maioria absoluta do PP, outorgou a medalha Fernando Branco da vila a Romay Beccaría, polos supostos serviços prestados à populaçom, serviços que em todo caso deve acometer qualquer cargo público. Como protesto contra o uso partidista desta distincom foi enviado a La Voz de Galicia o artigo que se reproduz, que nom foi publicado.

Nom demorou muito a chegar. A primeira "cacicada" da maioria absoluta do PP em Cee foi nada menos que a pressom suficiente para que as entidades próximas deste partido outorgassem a medalha Fernando Branco a um destacado militante do seu partido. Que méritos possui Romay Beccaría? Alguns fõrom recolhidos pola investigadora Ana Pardo de Vera, que no seu artigo "Os filhos do franquismo que governam Espanha", publicado na revista El Siglo de Europa, assinala: "Outro importante ex-cargo franquista, galego como Fraga e o próprio Franco, que continua politicamente activo é Romay Beccaría, ex-ministro da

Saúde e do Consumo no primeiro Governo Aznar (...) Romay possuiu na ditadura franquista os cargos de secretário geral da Saúde (1963), director do Instituto de Estudos da Administraçom Local (1973), subsecretário do Ministério de Presidência do Governo (1974) e subsecretário do Ministério da Governaçom (1975)". Ou talvez os seus méritos sejam, os que cita outro escritor e investigador, Emilio Corbière autor do livro "Opus Dei. O totalitarismo católico" que nomeia Romay como membro desse grupo integrista católico do qual assinala: "A mais forte manifestaçom integrista de poder na Igreja é, sem

dúvida, o Opus Dei, que tem grande número de cátedras universitárias em Espanha e abriu umha universidade própria em Pamplona. Está intimamente vinculado ao regime de Franco, possui altos cargos no governo, bancos, editoras e revistas". A estes méritos nós acrescentaremos que, como é sabido, Romay foi o padrinho político do nosso regedor municipal. Com certeza, é umha falta de vergonha dizer que o hospital está em Cee graças à sua gestom. O hospital véu pola imensa pressom que exerceu o povo. Ainda era eu um rapazinho quando participei em várias manifestaçom nos anos oitenta,



acabando algunha delas com fortes cargas da Guarda Civil. Claro que o nosso presidente da Cámara e os seus assistentes e assistentas de certeza absoluta que naquela altura nom estavam por ali. Enfim, a memória do médico de Toba, a escritora Concha Blanco, o cronista Baldomero Cores ou o médico Pepe Sánchez tenhem, qualquer um ou umha delas, muitos mais merecimentos para a medalha. Para concluir, sugiro-lhes que a do ano próximo seja para Rodolfo Martín Villa, também é do seu partido, também foi franquista e diz-se que fijo muito por nós no assunto Prestige. Manda truque!

informática

QWERTY: Identidades na Sociedade da Informação

Dario Janeiro
lufada@hotmail.com

Robyn diz: Júlia, és unha mulher?.

Júlia diz: Sou, sim. Sou unha mulher.

Robyn diz: E Júlia, és humana?.

Júlia diz: Nom quando tenho o período, Robyn.

Robyn ri.

A Júlia, na opinión de *Wired*, ofrece o perfil exacto de unha ex-bibliotecária amante do hóquei nom isenta de certo feito. Mas, na realidade, é apenas un programa de computador, un *bot*, criado na Universidade de Carnegie Mellon polo programador Michael Maulin. Introduzida nas comunida-

portadora de mensagens instantánea (de Yahoo!, MSN, AOL), o correo electrónico, as listas de distribución, a telefonía móvel ou os xogos on-line, os usuarios e as usuarias recorren continuamente a técnicas de *morphing*, quer seja com a invención de unha personaxe, a mudanza de sexo, raza e idade, quer com a carga de unha personalidade marcada pola violencia, o sexo ou a afectividade. O *morphing* é em origem unha técnica infográfica que consiste em converter unha imaxe noutra, para além da expressom utilizada na série de animação *Power Rangers* quando as personaxes se transformam. O termo liga directamente com o MorF, abreviatura de

**Muitos e muitas
utilizadoras
consideraram a
Júlia como um
ser humano
capaz de manter
umha conversa
coerente e íntima
através de um
computador**

des de rede, a resposta foi mais do que satisfatória. Tal como descreve a psicóloga e teórica do ciberspaço Sherry Turkle no imprescindível *A vida no ecrã* (Paidós, coleção *Transiciones*, 1997), muitos e muitas utilizadoras consideraram a Júlia como um ser humano capaz de manter unha conversa coerente e íntima através de um computador. Esta ex-bibliotecária leva ao extremo a construçom de

umha identidade na rede. O processo implica nas interacçoms das pessoas mudançoms de personalidade, idealizaçoms e verdadeiras obras de arte nalguns casos. Diante de um monitor, em posiçom fisicamente relaxada, as pessoas comunicam-se com qualquer parte do mundo através de um *software* em constante movimento, ampliando as possibilidades nom só das relaçoms, mas também da própria teoria que concebe a mente como elemento independente do corpo. Através dos programas do *chat* (nomeadamente o IRC), a trans-

male or female, masculino ou feminino, referido às mudançoms de sexo nas relaçoms através da rede.

Os (re)conhecimentos virtuais que se produzem amiúde nas salas de *chat* jogam precisamente às ambigüidades, quando nom directamente ao engano ou à invençom. Os teclados fabricam letra a letra. Qwerty. Este processo tem lugar especialmente naquilo que Gareth Branwyn denomina

text sex ou sexo textualista, que consiste na descriçom de actos sexuais através do teclado. Aqui, a imaginaçom tem um papel fundamental, e cada pessoa é exactamente aquilo que quer ser. Com certeza, deve-se tentar ser exacto nas explicaçoms para nom dar erros, tal e como descreve Branwyn numha ocasiom:

BethR escreve: "*Coloco-me sobre Roger104, sem aperceber-se de que Roger104 acabou de dizer que está a fazer o amor de pé, num cantinho, com Nina5.*"

**Continua no próximo número*

análise

Em perigo um dos conjuntos de
torrentes mais longos e formosos da Galiza

As Torrentes de Mácara



Marcial Vasques

Foi para aí no começo do século vinte quando umha das mais abastadas famílias da comarca da Ulhoa, "a poderosa familia Ouro", iniciou a construçom de um canal de aproximadamente 1,8 km. de comprimento. Nele trabalhárom, com pás e picaretas, avós da geraçom que ronda hoje a casa dos cinquenta.

Polo que diz a gente mais velha do lugar, a ideia da familia Ouro era construir umha barragem que só funcionasse quando o rio levasse um caudal abundante.

Cumpre dizer, antes de mais nada, que estamos a falar do rio Ulha na nascente, onde é o próprio rio que divide os concellos de Palas de Rei, Antas de Ulha e Agolada.

Ali forma-se um dos conjuntos de torrentes mais longos e formosos da Galiza, as torrentes de Mácara. Ao longo de quase três quilómetros, conformam umha paisagem

única com umha grande riqueza de fauna (lontras, truitas, umha grande variedade de batráquios e insectos, etc.) e de flora (herbáceos, cajigos, azevinhos, sobreiros, musgos e fetos de diversos tipos, etc.).

Tampouco podemos esquecer as águas enofradas do antigo balneario de Frádegas, que remanescem rio abaixo em várias fontes à beira do rio.

Cumpre salientar ainda os petróglifos em vários penedos e os restos das antigas pesqueiras, como também os usos e costumes tradicionais que ainda se conservam, como os lameiros ou prados de rega, com quatro comunidades de rega neste trecho do rio.

As "Torrentes" som muito conhecidas, mesmo internacionalmente, pola prática

dos desportos de risco na água (águas bravas, canoaagem, rafting, rapel...), destacando-se pola dificuldade, beleza e qualidade dos seus rápidos.

A Associação de Pescadores da Ulhoa, que conta com 440 sócios e sócias, tem também nas "Torrentes" o seu ponto mais valioso, pois neste rio vivo, com a água a descer em cachom, é onde as espécies piscatórias remontam para desovar. Ao mesmo tempo, é o trecho mais importante de todo o rio, pola capacidade de oxigenaçom e depuraçom das águas batidas.

Esta associaçom conta com um refúgio de pescadores e pescadoras na zona, que lhes serve de abrigo e também dá para realizar diversas actividades relacionadas com a pesca.

Mas toda esta beleza, este importantissimo recurso natural está ameaçado polo projecto de Uniom Fenosa de construir umha barragem.

Este projecto parte da suposta concessom que possui Uniom Fenosa desde o ano 1962, quando foi construída a barragem de Porto de Mouros. A suposta concessom tem, nom obstante, umha caducidade manifesta já que desde essa época franquista do aproveitamento integral do Rio Ulha, só foi construída a barragem referida.

Contra este projecto, que foi proposto há quase quatro anos, apreñtárom-se cerca de mil alegaçoms. Realizárom-se também várias caminhandas polo entorno, e umha descida em canoa estilo rafting, que partiu da parte baixa das "Torrentes", organizada em colaboraçom com as empresas de turismo de aventura: Arrepións e Turnauga.

Também há interposto um contencioso contra a Junta de Galiza por autorizar a construçom desta barragem junto com outras sete. A Associação de Pescadores da Ulhoa e a Comunidade do monte vicinal de Ramil (Agolada) também están a fazer gestoms contrárias ao projecto.

Do mesmo modo, o resto de vizinhos e vizinhas afectadas dos três concellos: Antas de Ulha, Palas de Rei e Agolada, e a associaçom comarcal "Os Lobos", tenhem expressado em múltiplas reunions e mesmo nos jornais e na TVG, a sua oposiçom.

Depois de tudo isto abre-se agora um periodo de alegaçoms contra a perceptiva declaraçom de utilidade pública e de urgente ocupaçom. Porém, a via mais importante que nos fica é a reivindicativa-avaliativa que, junto à jurídica, também iniciada, será a única que poderá parar isto, que se se levar a cabo significaria mais umha desfeita nos rios galegos. E vam...


A ESMORGA
REVISTA MENSAL DA MOVIDA GALEGA

RENOVAÇÃO
EMBALEGA GALEGA
DA CULTURA
embgalega@hotmail.com
monchodefidalgo@terra.es

LOCAL SOCIAL
REVOLTA
Rua Real, 32
Apdo. 287 - 36200 VIGO

CASA DAS
CRECHAS

Via Saera, 3 - 15704 Compostela
info@casadascrechas.com

ARTABRIA

Rua Madalena, 31
C.P. 15402 Ferrol
GALIZA

Com licença por 15 anos, Ence nom poderá ser vetada polos governos municipais

Implantaçom da 'papeleira' em Louriçám incrementará elevada poluiçom da área

Ence e o seu máximo accionista, Caixa Galiza, com o imprescindível amparo da Junta, están a planificar a consolidaçom do nocivo complexo industrial de Louriçám na ria de Ponte Vedra, a mais castigada do País. A integraçom completa do ciclo do papel apoia-se em critérios económicos marcados polas directrices lucrativas das grandes empresas, que terám agora licença para ampliar umha central de celulose recentemente condenada por delicto ambiental. O governo autonómico volta a apresentar-se como o principal aval para que

estas companhias podam desenvolver os seus agressivos projectos na Galiza. Sem entaves e com o benelácito institucional, empresas como Ence e Elnosa tenhem assegurada a perpetuaçom num espaço de alto interesse ambiental e económico. Pouco interessam os quarenta anos de poluiçom da celulose ou a continua degradaçom de umha ria que vai ficando sem praias. O prêmio pola desfeita consiste na declaraçom dos interesses destas empresas como supramunicipais, o qual impede que a maioria social da zona ou as próprias câmaras municipais podam deter as agressions previstas.

Carlos B.G.

Paradoxalmente, Ence promove umha campanha de expansom com a legenda 'Compromisso com a sociedade', frase que contradiz a expressom popular que levou à rua perto de 15.000 pessoas no passado dia 28 de Novembro em Ponte Vedra ao berro de 'Ence-Caixa Galiza e o PP destruem o nosso futuro'. De facto, a empresa de produçom de papel foi contestada desde a sua implantaçom, em 1.962, pola maioria da populaçom da comarca e mesmo por instituiçons franquistas como a Comandância da Marinha ou a Deputaçom, somando mais de trezentas alegaçons.

A central de celulose, recentemente condenada por delicto ambiental, ampliará a capacidade da instalaçom e a de co-geraçom com a chegada da produtora de papel Tisu, que prevé produzir 60.000 toneladas por ano e estará acompanhada de umha nova serreria de madeira grossa. Como garante de futuro polas decisons institucionais, conta com licença até ao ano 2.018 e

A celulose, condeada por delicto ambiental, ampliará a capacidade da planta. Conta com licença até o ano 2.018

recebe apoio directo da Junta e do patronato autonómico, cujo presidente, Antónío Fontenla, sentenciou que nestes tempos "nom podem ser postos em causa projectos desta envergadura". A declaraçom de supramunicipalidade impede que tenha efeito a oposiçom manifesta de todas as câmaras municipais da ria salvo a de Sam Genjo.

A sua 'envergadura' é inegável. Ence é a primeira empresa da Europa e a segunda a nível mundial em comércio de pasta de Eucalipto, a principal responsável do predomínio desta árvore nos bosques galegos. Em plena fase de expansom, investirá os lucros da nova operaçom na instalaçom de novas indústrias de papel no

Uruguai, onde já começáram a ouvir-se protestos populares contra os seus planos.

A 'Empresa Nacional de Celuloses', produtora de pasta de papel, é acompanhada por Elnosa, que elabora o cloro necessário para o seu branqueamento e viu paralisada a sua actividade em 1995 polas insuficientes medidas de segurança. Com esta indústria de papel fecha-se o ciclo produtivo, mas também se consolida o nocivo complexo de Louriçám, que afecta diariamente a saúde da populaçom da área ao mesmo tempo que é a principal emissora de efluentes tóxicos para a ria.

O fedor da celulose

Parte do impacto das empresas que

processam a madeira dá nas vistas e no próprio olfacto. O impacto visual na ria e na área é notável, como também o mau cheiro que desprende para os concelhos que estão à volta o complexo industrial. Ence e Elnosa emitem derivados do cloro e mercúrio, substâncias que afectam a saúde da populaçom, provocando doenças oculares, alergias e, a longo

prazo, podem originar canceros. Com base nos dados da Rede de Controlo e Vigilancia Sanitária da Poluiçom Marinha, a ria de Ponte Vedra é a mais poluída da Galiza, sobretudo numha faixa de dous quilómetros que atravessa a chamada praia de Prazeres, o centro da actividade marisqueira da zona. Em 1995, Ence-Elnosa despejou para a ria 80.000 m3 de resíduos, 75% dos desperdícios industriais, quantidade equivalente às emissons de umha povoaçom de 400.000 habitantes. As novas medidas de segurança e depuraçom nom detenhem a poluiçom provocada, como mostra a sentença de condena da UE, que será incrementada com umha muito maior pro-



Estas indústrias deixáram Ponte Vedra sem praias, afectando em grande medida os lugares de banho e espécies marinhas

duçom de pasta e com a implantaçom da indústria de papel. Estas indústrias deixáram Ponte Vedra sem praias, afectando em grande medida os lugares de banho e espécies marinhas como os moluscos bivalves (amêijoas, berbigons...). A zona interior da ria, até à Ilha de Tambo, nom cumpre as condiçons mínimas para o banho e o cultivo. E os resíduos afectam as correntes profundas que alojam reservas de nutrientes e abundante biodiversidade.

Oposiçom social

A oposiçom à celulose reuniu diferentes pessoas desde finais dos anos 80 na Associaçom Pola Defensa da Ria (APDR), que tem desenvolvido campanhas informativas e mobilizadoras reclamando umha nova situaçom para as indústrias nocivas. Ultimamente centra a sua actividade na oposiçom à instalaçom da papeleira no complexo de Louriçám, ainda que respeite a conveniência de implantar esta fábrica num lugar diferente para o feche do ciclo do papel. Esta posiçom é compartilhada polo BNG e, em geral, polos convocantes da passada manifestaçom.

O presidente de 'Defesa da Ria', Antón Masa, entende que estas indústrias "só beneficiáram o grupo empresarial Ence e o grupo financeiro Caixa Galiza", e denuncia

que o estudo de impacto ambiental realizado carece de "qualquer tipo de rigor". A APDR tem apresentado alegaçons a todos os planos parciais que tenhem sido apresentados, entre eles, o que pretende perpetuar a presença do complexo para além do ano 2018.

A organizaçom independentista NÓS-UP considera a papeleira "um falso muro que é imprescindível para sustentar a poluiçom da celulose em Louriçám". Assinala que os postos de trabalho prometidos som apenas umha falácia pois som muitas as actividades partilhadas entre as fábricas, e por isso serám criados "tam só 184 empregos, mormente especializados (estes som dados da própria fábrica)". Esta formaçom opom-se à construçom da papeleira e exige o "encerramento imediato das instalaçons de Ence por perigo de morte para as pessoas que vivemos no contorno e a recolocaçom dos e das trabalhadoras".

Por sua vez, a Associaçom Cultural Maio Longo compilou posicionamentos de pessoas representativas do campo académico, artístico e cultural contra os planos de Ence e os seus sócios. Mediante esta iniciativa, o historiador Francisco Carballo declarou que a ria de Ponte Vedra "tinha em Louriçám o melhor espaço marisqueiro, balneário, turístico, estufa e hortícola das Rias Baixas", mas acabou por ser o

"Estas indústrias só beneficiáram o grupo empresarial Ence e o financeiro Caixa Galicia"
"O estudo de impacto ambiental carece de qualquer tipo de rigor"

espaço "mais danificado quanto à saúde, aquele em que se captura peixe mais poluído e também o lugar onde o turismo é inexistente". Ramón Regueira, catedrático de Filosofía no IES Vale-Inclám, sintetiza em poucas linhas os argumentos que mobilizam a populaçom afectada: "Resistamos. Nom é normal o anormal. Nom é normal aceitar que umha ria, que se considera das mais produtivas do mundo, se torne umha realidade morta. Nom é normal que a Junta ponha por cima da saúde, da riqueza e da felicidade dos e das cidadás de Ponte Vedra os interesses económicos de uns poucos. (...) Nom é normal, numha frase, que o anormal se nos quira fazer ver como natural".

reportagem

O aumento de até um 142% das propinas leva aos estudantes à rua

Privatização do ensino superior atinge também Portugal

Entrada de empresas na universidade, autonomia financeira das instituições docentes, redução do peso do estudantado nos órgãos de gestão... Como já fizera o governo do Estado Espanhol há dois anos com a aprovação da L.O.U., o actual governo de

Portugal adere à tendência da política educativa da U.E. A aprovação no passado Agosto da nova Lei de Bases de Financiamento do Ensino Superior supõe mudanças que põem em causa a permanência e ingresso de milhares de pessoas na universidade.

No entanto, os estudantes estão a desenhar a estratégia de luta após o sucesso de convocatória da manifestação de Lisboa no dia 5 de Novembro. Os protestos centraram-se no aumento das propinas, já que os estudantes poderão chegar a pagar 852 € anuais.

Erica do Cabo

A lei aprovada pelo governo de coligação PSD-PP é uma lei ambígua que se traduz na elitização do ensino superior e, em definitivo, na sua progressiva privatização. Contempla aumento das propinas, redução do peso do estudantado nos órgãos de gestão e redução de vagas. Incorpora também o sistema de pré-inscrições para estudantes e concede autonomia financeira a cada universidade. A gravidade desta lei é ainda maior num país como Portugal, que proporciona educação superior a boa parte dos e das habitantes das suas antigas colónias. Com a reforma reduzem-se as possibilidades de estudar de pessoas cabo-verdianas, angolanas, timorenses...

A reforma chegou da mão do ministro Pedro Lynce, que teve de ir-se embora por ter arranjado uma vaga de jeito ilegal na faculdade de medicina à filha do também ex-ministro dos negócios estrangeiros. A ministra suplente, Graça Carvalho, em seguida anunciou que a reforma ia continuar.

Apesar da prática privatização do ensino que supõe a lei, o debate social está-se a gerar em torno ao aumento desproporcionado das propinas que cada estudante paga para frequentar um curso. A última lei de financiamento, de 1997, reintroduziu as propinas no ensino português, estipulando que o estudante ou a estudante tem de pagar uma propina anual equivalente ao valor do salário mínimo nacional: 356'60 €. Esta era a propina mínima, o preço que todos e todas as estudantes pagavam nos últimos anos. Mas a nova lei introduz já a propina máxima e fixa-a entre os 450 € e os 852 €, tratando de evitar assim uma contestação directa do alunado e provocando a concorrência



As propinas nunca contribuíram para o incremento da qualidade do sistema educativo / Foto: Su

entre universidades. As mesmas universidades que, devido à sua autonomia financeira, terão de procurar outras formas adicionais de financiamento. E aqui é onde aparecem as empresas.

A outra medida que mais directamente incide no estudantado é a obrigatoriedade de inscrição. Até agora um universitário ou universitária portuguesa tinha a possibilidade de pré-inscrever-se numa cadeira e só pagar no caso de fazer o exame. Com a nova lei cada estudante tem de pagar desde o início das aulas. Este sistema, aplicado quando já há um índice de 40% de abandono, é apresentado como milagroso para acabar com o insucesso escolar, mas não é aceitável porque não foram resolvidas as verdadeiras causas do insucesso. E ainda há mais: os e as estudantes que acumulem reprovações serão excluídos dos respectivos cursos e há limitações temporais para obter um título: um curso de 5 anos não pode fazer-se em mais de 8 anos, por exemplo. Com a nova lei o estudantado também é

Será que a U.E. está a utilizar os mecanismos de distribuição orçamental dos estados membros para favorecer o ensino privado?

afastado dos órgãos de gestão, centralizando poderes nos e nas docentes, verificando-se assim o fim da democracia na universidade pública. E para compensar a redução da participação estudantil introduzem-se elementos de empresas privadas...

A acção social, fundamental para a democratização do ensino superior, fica esquecida por esta lei porque não contempla os mecanismos da sua gestão. Ainda assim, como estratégia para con-

tentar ao alunado o governo aumentou as verbas para esta matéria. É uma medida recorrente quando se aprova uma lei que visa o aumento das propinas, mas não existem propostas legislativas que comportem este aumento das verbas. Quanto às bolsas, já foram 5.000 estudantes menos a receberem em 2.002, medida que fazia prever que com a nova lei se iam introduzir empréstimos bancários com juro bonificado. Mais outro espaço para a instalação de empresas, desta vez bancárias. É muito relevante que a lei contemple também apoio social para o ensino superior privado. Isto ajuda a fazer ideia do que o actual governo português aguarda da educação superior. Não pode ficar dúvida quando na redacção da lei lê-se que "O quase monopólio da escola pública que hoje existe [...] não é o modelo desejável. [...] pelo facto de há muito estar sujeita a limitações no seu funcionamento e na sua cultura, que contrariam o princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender [...]".

Mas as medidas privatizadoras não vêm só desde dentro do Estado. Há um Plano de Estabilidade e Crescimento acordado em 1999 com a U.E., assinado também pelo resto de países membros. O plano prevê que o orçamento do Estado para o Ensino tenha crescimento nominal nulo até 2006. Como consequência, as verbas para a educação descenderam 6% em 2003, mais de 200 cursos tiveram de ser dispensados e 3.000 vagas no ensino público tiveram de ser eliminadas. Está a U.E. a utilizar os mecanismos de distribuição orçamental dos Estados membros para favorecer o ensino privado? As propinas, instaladas em Portugal em 1991 e suspensas em 1995 pela pressão estudantil, nunca contribuíram para o incremento da qualidade do sistema educativo, pelo contrário, antes para uma diminuição do investimento do Estado em educação. A sua origem está no ano 1990, quando foram introduzidas num conjunto de países europeus por causa da massificação das universidades. Mesmo assim hoje em dia há sete países da Europa, como a Áustria, a Finlândia ou a Alemanha, em que não se pagam propinas. Apareceram com a ideia de o estudantado pagar um serviço ao Estado, mas esta concepção não é a duma universidade pública. O sistema de propinas é, aliás, injusto, porque representa uma dupla tributação e enquanto o sistema fiscal não for transparente a taxa suplementar reproduzirá deficiências do próprio sistema. A própria existência das propinas, e evidentemente também o aumento, é uma violação da Constituição da República Portuguesa. Esta contempla como objectivo no seu artigo 7º "estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino". Assim, o

Conselho de Repúblicas de Coimbra enviou uma carta ao Tribunal Constitucional denunciando a inconstitucionalidade da reforma.

Protestos estudantis

As críticas vieram desde o início dos grupos da oposição mais comprometidos: o Bloco de Esquerda e o P.C.P. através das Juventudes Comunistas Portuguesas. A primeira iniciativa estudantil surgiu de "Será que aguentas", plataforma formada por diversas associações de estudantes do ensino superior. Mas a principal voz na rua são hoje as Associações Académicas das diferentes universidades. Foram elas que convocaram o estudantado para se manifestar em Lisboa no dia 5 de Novembro. Em Coimbra, temos de acrescentar o Conselho de Repúblicas, uma voz muito autorizada tendo em conta as mais de 25 repúblicas (residências semi-geridas por estudantes) que há nesta cidade. Após diversas manifestações regionais de escasso sucesso, a manifestação de Lisboa foi entendida pelos estudantes como o começo da contestação. Foram 15.000 estudantes que saíram à



Foram 15.000 estudantes a se manifestarem em Lisboa. A mobilização contou também com presença galega.

rua contra a Lei de Financiamento, um dos maiores protestos dos últimos dez anos. Enquanto os estudantes berravam, a nova ministra da educação, Graça Carvalho, estreava-se em plenário com o que ela chamou "orçamento solidário" que anunciava um reforço de 13,2% para a acção social. Mas o alvo do estudantado foi, sem dúvida, o primeiro ministro Durão Barroso, de quem se pediu

a demissão. A Federação de Estudantes do Ensino Superior Particular e Cooperativo desmarcou-se da manifestação e declarou achar apropriado o aumento das propinas. Houve manifestações regionais posteriores, como a de 25 de Novembro em Coimbra. O estudantado marcou a próxima convocatória nacional para Março, tendo assim tempo suficiente para analisar a situação e reagir.

A lei contempla apoio para o ensino privado. Uma mostra do que o governo português aguarda da educação superior

Uma luta dirigida desde Coimbra

A primeira manifestação contra a Lei do Financiamento do 2003 foi convocada em Coimbra pela A.A.C. (Associação Académica de Coimbra) no 16 de Outubro, após a realização duma Assembleia Magna. A Universidade de Coimbra (U.C.) viveu dias de greve e contestação, mesmo com o apoio da reitoria na luta contra a lei de financiamento. Mas este apoio virou assim que o protesto atingiu um nível nacional. A reitoria fixou também para o 5-N a sessão do Senado da Universidade em que se devia fixar o valor da propina para a U.C. A propina máxima foi aprovada para o ano académico 2004/2005 sem presença estudantil, num instante em que os e as estudantes tinham saído da sala para discutir a estratégia. O reitor foi acusado de traição e os estudantes reagiram fechando a reitoria a cadeado. A partir deste momento estava em causa a Pax Universitária, sempre presente na U.C.. Professorado e alunado já não partilhavam interesses e mesmo houve diferenças entre estudantes. Os

dias 19 e 20 de Novembro o estudantado coimbrão fez um encerramento de todas as faculdades e a Universidade do Algarve seguiu o exemplo. A A.A.C. continua a convocar Assembleias Magnas, mas a propina já foi aprovada e agora têm de ser redefinidos objectivos. Em entrevista ao jornal universitário A Cabra, o investigador em economia da educação Belmiro Cabrito afirma que "não são situações de natureza social que estão detrás das políticas de ensino superior", e não só



Esta política limitará uma sociedade com uma taxa de licenciados e licenciadas de tão-só 98% JCP

Estamos a falar de uma política liberal baseada na lógica do mercado

em Portugal. Estamos a falar, claramente, duma política liberal baseada na lógica do mercado que entende a educação como uma mercadoria e não como um bem público. Esta política

limitará sem dúvida uma sociedade que tem uma taxa de licenciados e licenciadas de tão-só 98%, quando a média da U.E. é de 21,2%. É claro que o Estado não teve vontade de maximizar as capacidades da universidade pública e favoreceu o surgimento do privado. Essa foi a mesma forma de agir do Estado Espanhol e parece que será a de muitos estados mais.

Taverna
O Noso Lido
Ana Rocha
Fundeira pp. Salvaterra do Minho
Telef. 936000000

Bar de Copas
Salvaterra do Minho

OUTOTONO
Pontecareas (nas Galerias)
MÚSICA AO VIVO

el matadero
Praza do Matadero COMPUTELA

GUD
Rua Nórreas, 5
Lugo

CANDONGA

CAMPO CASTELO DE LUGO

galizalivre.org
O portal da galiza em Internet

portal galego da língua

Escolas de Línguas de Valência vão oferecer valenciano à par de catalão

PGL. O Ministério de Educação anunciou que está a preparar um Real Decreto que reconheça o título de valenciano. Após esta decisão, poderão ser ministradas aulas de castelhano, basco, galego, catalão e valenciano nas EOI(s) do Estado espanhol a partir do próximo ano lectivo. Entre as respostas críticas a esta medida situa-se a do Instituto Interuniversitário de Filologia Valenciana (IIFV) que afirma ser um absurdo que, a partir de agora, por uma decisão administrativa, um ou uma mesma professora tenha de se desdobrar para ministrar uma mesma docência em duas cadeiras pretensamente diferentes.

Grupo de investigação Galabra apresenta linhas de trabalho em Lisboa

PGL. O grupo de investigação Galabra (de Estudos nos Sistemas Culturais Galego, Luso, Brasileiro e Africano de Língua Portuguesa) da Universidade de Santiago de Compostela é formado por mais de vinte investigadores e investigadoras. As linhas de pesquisa de Galabra privilegiam o estudo do relacionamento das culturas da Galiza com as dos outros povos de língua comum. Têm apresentado diferentes contributos em congressos e revistas internacionais. O grupo vem de apresentar as suas linhas de trabalho na Universidade de Lisboa.

Primeira edição impressa dos "Mínimos de Concórdia"

PGL. Meio ano depois de ter sido aprovada finalmente a nova normativa de Mínimos pola RAG, a editora Edicións do Cúmio acabou de lançar uma versão impressa do resultado de tal acordo. Espera-se que o novo texto assim publicado contribua para clarificar o confuso panorama que se gerou desde entom, tanto no que diz respeito ao próprio texto do acordo, do qual parece ter sido distribuída mais de uma versão, como ao seu estatuto legal.

Editados trabalhos ganhadores do prémio Carvalho Calero 2002

A dona do tempo antigo. Mulher e campo literário no Renascimento português (1495-1577) e A cor do Cavalo inovam a investigação do Renascimento Português e a oferta literária da Galiza

A editora Laiovento publicou volumes de Roberto López-Iglésias Samartín e de Félix Rodal-Fraga, com os trabalhos de ensaio e de literatura premiados no concurso convocado pela Cámara Municipal do Ferrol "Carvalho Calero", do ano 2002. Figuram com os números 174 e 175 da colecção principal da editora compostelana e som dous contributos de relevo.

Roberto López-Iglésias Samartín descreve no seu trabalho o campo literário do Portugal renascentista e as suas relações com os campos do poder político, económico e religioso, focando as ideias-força das pessoas consideradas na altura máximas representantes do Humanismo, com o objectivo de explicar em detalhe a função social dos produtos literários elaborados pelas escritoras do Renascimento português e a posição que estas mesmas produtoras ocupam no quadro da política cultural desenhada pelos agentes que dirigem o nascente Estado



mercantil durante os reinados de D. Manuel e D. João III. O trabalho literário de Félix Rodal-Fraga é uma belíssima narração curta, que inclui na epígrafe citações do Apocalipse e do Tratado de Alveitaria. Consta de pouco mais de 40 páginas. No mediocre panorama da prosa galega actual, esta proposta destaca pela sua original concepção narra-

tiva, na qual há um diálogo galego-português no espaço, e não só. Mesmo inclui três notas de rodapé, as três na página 42: do "autor", do "editor do texto" e do "narrador". Todo está muito cuidado neste volume, a começar pela capa, alicerçada numa ilustração de Carmen González Otero, do Centauro em alto-relevo da fachada Sul da Catedral de Santiago.

XI Assembleia Nacional do BNG reafirma unidade lingüística galego-portuguesa

BNG convocará Conferência Nacional sobre Língua antes das próximas eleições autonómicas

Depois da eleição dos novos órgãos de direcção do Bloco Nacionalista Galego (BNG), o Pleno da XI Assembleia Nacional aclamou as Resoluções que leu Encarna Otero em nome do Conselho.

Entre estas Resoluções, duas trataram o tema da língua. A primeira anunciava a convocatória a toda a filiação da frente nacionalista

para uma Conferência Nacional sobre Língua com anterioridade às próximas eleições autonómicas. Esta Resolução baseava-se numa emenda ao texto do Documento político debatido na Assembleia que tinha sido aprovada pela comarca de Vigo.

A segunda Resolução da XI Assembleia Nacional do BNG relativa à língua tinha sido propos-

ta pela assembleia local do BNG em Madrid e qualifica como "um avanço para a normalização lingüística o recente acordo normativo aprovado pela Real Academia Galega", acrescentando a seguir: "O BNG proclama mais uma vez que o galego e o português formam parte do mesmo sistema lingüístico e defende a nome discriminação por razão de ortografia".

Publicadas actas do encontro "Brasil: 500 anos depois"

PGL. A Deputação da Corunha editou as *Atas Simposio "Brasil: 500 Anos Depois"*, celebrado no ano 2000 em Compostela. O simposio tinha sido organizado pola Cátedra UNESCO de Cultura Luso-Brasileira. Na equipa editora do volume, de 440 páginas, encontram-se os professores e professoras Alcides S. Caldas, da Faculdade de Geografia e História, e Yara F. Vieira, José Luis Rodríguez e Carmen Villarino, da Faculdade de Filologia e membros dos conselhos Científico e de Redacção da revista Agália. Incluem-se 32 trabalhos, entre eles "Globalização e subdesenvolvimento", de López-Suevos e "Para unha Galiza plena na lusofonia", de José Luis Rodríguez.

'La Voz' nom gosta da campanha contra o bilingüismo

Iago Remoinho. "Lo que ocorre es que el mensaxe resulta por lo menos de mal gusto", com estas palavras qualifica a edição local de Ourense de "La Voz de Galicia" a campanha que está a desenvolver a AMI: "Bilingüismo? A mocidade sempre em galego". Nom gostam do cartaz. Talvez redactor/a nom advertisse que a mensagem nom pretende cortar linguas físicas mas de denunciar a alarmante situação por que atravessa o nosso idioma, que caminha inexoravelmente para a sua extinção. Mas com isso nom se importa "LVG".

Grupo local da AGAL em Lugo

A Associação Galega da Língua constituirá em breve um Grupo Local em Lugo, com âmbito de actuação na cidade e na sua área de influência. O Secretário de Organização da AGAL, Miguel R. Penas, impulsou a criação de uma comissão gestora, que será coordenada por Tino Pinheiro.

PP encerra Emissora de Rádio em catalán nas Ilhas Baleares

O governo das Ilhas Baleares do PP, encabeçado por Jaume Matas, tomou a decisão de encerrar Som Rádio, a única emissora radiofónica em catalán que emitia para todas as Ilhas Baleares. Som Rádio foi

criada em 2000 polo governo do Pacto de Progresso. Esta rádio tentou promover o uso do catalán entre as pessoas jovens das Ilhas. Contando principalmente com programas informativos e musicais,

tinha 11 pessoas empregadas e tem servido para promover grupos musicais baleares e diversas produções autóctones. A emissora pública Som Rádio deixará de emitir por volta de finais de Dezembro.



música

A Matraca Perversa: "Temos temas para gravar dous discos polo menos"

"Agora somos un colectivo, passamos de ser oito a trinta pessoas"

Depois de selarem com êxito a apresentação da sua primeira maqueta em Compostela, pudemos manter umha conversa com a Matraca Perversa. Trata-se de umha banda (ou antes colectivo) que se está a forjar concerto

após concerto e de palco em palco, fugindo dos tópicos e da apatia e com boas doses de imaginação, bom humor e compromisso. As suas actuações ao vivo som facilmente reconhecíveis polo nível de festa, com ritmos

que fusionam diferentes estilos onde cabem guitarras, vozes, percusão e a contundente secção de ventos. Aliás, som habituais noutros terrenos como umha manifestação de Nunca Mais.

Davide Loimil e Inácio Gomes

Desde que vos vimos pola primeira vez ao vivo já vai muito tempo, e o que é mais importante, já actuastes muitas vezes. Como evoluiu a Matraca desde aqueles primeiros contactos com o público?

Desde o primeiro concerto até hoje, ainda que a essência do grupo seja a mesma do início, as cousas mudáron muito, de facto agora somos un colectivo e passamos de ser oito a ser para aí trinta pessoas (!). Pará além disso, creio que só tocamos três temas do repertório de há um ano. Na verdade, estamos num bom momento e temos temas para gravar dous discos polo menos.

Qual a actividade que desenvolve o colectivo? Poderíades esboçar-nos com que propósitos olhades para o futuro?

Bem, o primeiro é dar-lhe forma ao colectivo como tal: por enquanto estamos a falar com as pessoas, e ao sermos trinta podés encontrar de tudo, desde quem vai fazer teatro para a rua até músicos que fazemos "A Nação Mutante" (umha espectacular Fanfarra para fazer festa em verbenas, bares e ruas, 20 pessoas entre músicos, palhaços e malabaristas). Também temos pola metade o projecto da Cantina Aberta, e temos pensado, ainda que seja muito difícil, montar umha espécie de festival na Estrada que recolha um pouco o espírito do colectivo, que é a auto-



"Tentaremos gravar um disco de aqui ao verao, pero está mui complicado, porque sacá-lo com umha casa discográfica nom nos convence"

gestom criando espaços onde a festa e a denúncia estejam juntas. Como banda, tentaremos gravar um disco daqui ao Verao, mas é complicado, porque tirá-lo com umha casa discográfica nom nos agrada, e ao mesmo tempo tornase um pouco difícil editá-lo nós mesmos. Por isso ainda nom sabemos o que vamos fazer. De qualquer modo, ainda que nom gravemos o disco, difundiremos temas novos na página de Internet que estamos a fazer.

Entom parece que se está a mexer alguma cousa pola Estrada, nom é?

Pois! Pensamos que a Estrada está muito morta nos últimos anos e já nom há o movimento associativo que havia dantes com Xenreira, MDR, Fusquenlha... enfim, umha vila de oito mil habitantes que tinha muita vida musical, havia muita vontade de fazer cousas e

faziam-se. Vamos ver se recuperamos um pouco isso.

Agora umha pergunta de actualidade. Estám a aparecer nos media, nos últimos anos, muitos salvadores da música que se nos apresentam com diferentes envoltórios. De Operaçom Triunfo até aos adictos às teses da SGAE, todos dizem actuar por amor à música. Também a Internet serviu para que a chamada pirataria se tornasse quase incontrolável. Para nós o pirateio nom representa um problema, o problema som os preços que temem os CDs. Eu recuso-me a pagar mais de 12 euros por um CD, e mais quando podó consegui-lo por 3. O pirateio existiu sempre e nunca foi um problema, julgamos nós. Quanto a mim pirateio tudo, menos o que tiram algunhas casas independentes.



A Matraca Perversa converte-se numha das promesas musicais do País

local social

a sereia
 rua jasmins, 13 - compostela - galiza - tlfne: 981639402

RAMPOSTELA

MARIA CASTAÑA

Andel
 andelvirtual.com
 * espacio cultural do libro galego e portugués
 * música galega, celta, portuguesa
 a primeira libreria virtual galega
 andelvirtual.com
 Tel. 986 23 90 00
 Rúa Pintor Lugois, 19 (Praza da Independencia) VIGO

Rúa Nova

CAFETERIA RESTAURANTE
 Rúa Nova, 34 - Santiago de Compostela
 Tlfno: 981 566 980
 Tlfno./Fax: 981 571 373

MINHOGRAF
 Serigrafía
 Telefone 619 419 338 Ourense

a entrevista | Eduardo Caamaño

“Telefónica continua a empregar prácticas mafiosas contra nós”

Eduardo Caamaño é ex-trabalhador de Sintel e sindicalista da CIG

Antón Álvarez Sanz

Em 1996, umha das últimas medidas do PSOE à frente do governo espanhol foi a venda fraudulenta de Sintel, principal filial de Telefónica, à família cubano-americana fascista dos Más Canosa. Com a chegada do PP à Moncloa, Telefónica foi privatizada e, passados os anos, Sintel faliu e os seus trabalhadores fôrom vítimas de vários expedientes de regulação de emprego que causárom a perda dos seus empregos. Entretanto, em 2001, 1.800 trabalhadores desta filial de Telefónica acampárom durante mais de cinco meses na Castelhana de Madrid, centro político e financeiro da capital espanhola, para exigir umha solução ao seu futuro laboral e ao da sua empresa. O acordo aprovado no Conselho de Ministros espanhol que supujo o fim deste protesto mal foi cumprido. Na actualidade, nenhum trabalhador foi recolocado e todos deixárom de receber o subsídio de desemprego.

Eduardo Caamaño, sindicalista da CIG, é um dos 150 trabalhadores galegos que estavam empregados em Sintel. Também participou no “Acampamento da Esperança” de Madrid.

Quais os pontos do acordo que nom fôrom cumpridos?

Ainda hoje nom foi cumprido o plano de emprego estipulado no acordo. Nom houve recolocação alguma, todos os trabalhadores temos o desemprego esgotado e nom chegou nenhuma oferta concreta à Associação de Trabalhadores de Sintel. Aliás, no processo de falência, as administrações estão a favorecer os interesses de Telefónica em lugar dos trabalhadores. Para além disto, no aspecto económico, os pagamentos do FOGASA (Fundo de Garantia Salarial) recebêrom-se com atraso, exactamente um ano depois.



Actualmente, como é a situação dos trabalhadores de Sintel?

Como comentei antes, todos os trabalhadores temos o desemprego esgotado, tanto os do primeiro expediente de regulação de emprego como os do segundo. Muitos estão a sobreviver graças às ajudas familiares já que, repito, nom houve recolocação alguma. Quem tem trabalho é porque o procurou pola sua conta.

Muito se falou da responsabilidade de CC.OO. no incumprimento do acordo. Também a Associação de Trabalhadores acusa este sindicato de traição. Como avalia a actuação desta central?

Em primeiro lugar, CC.OO. nunca explicou porque abandonou a Associação de Trabalhadores, criada depois do acordo. Por outra parte, sabemos que este sindicato queria gerir o fundo de reformas antecipadas em lugar dos próprios trabalhadores. Além do mais, em CC.OO. prometerom conseguir trabalho para 600 trabalhadores e realizar cursos de formação para outros tantos. Mas, que se pode

ensinar a um trabalhador que leva mais de vinte e cinco anos a trabalhar no sector? Deve-se levar em conta que estes cursos estão muito bem pagos pela administração. Foi por isto polo que vimos que CC.OO. queria fazer negócio conosco. Do mesmo modo, sabemos que CC.OO. obtém importantes montantes de Telefónica. Por outro lado, houve retaliações da direcção deste sindicato contra bastantes dos seus filiados, já que todos os seus representantes no Comité Intercentros de Sintel estão expedientados. Temos constância de que existe umha grande divisom no seio de CC.OO. Mas eu acho que o máximo responsável pola situação nom é o Fidalgo, mas o Tojo, que é o líder do Metal de CC.OO.

Que acontece com “Sintratel”?

Sintratel é a empresa que criamos os trabalhadores de Sintel. O seu âmbito é estatal, ainda que os nossos assessores nos aconselhassem que, para obter umha maior viabilidade, devíamos implantá-la por Comunidades Autónomas. No nosso caso, constituímos Sintratel

Galicia 2003. Mas a situação é difícil porque Telefónica pressiona as empresas do sector para nom nos solicitarem encomendas, sob ameaça de nom realizarem mais pedidos. Desta maneira, estamos sem carga de trabalho. Telefónica continua a empregar práticas mafiosas contra nós.

Como explica o grau de consciencialização sindical dos trabalhadores de Sintel?

O caso dos trabalhadores de Sintel é algo inconcebível nos nossos tempos. A primeira semana na empresa, era habitual que os operários se sindicassem. Aliás, o Comité Intercentros sempre funcionou à margem dos ditados das centrais, ainda que também existissem secções sindicais, com as quais, já agora, havia boa relação. As decisões sempre se costumavam tomar em assembleias, e por isso as negociações eram sempre abertas. A vantagem de Sintel era que todos éramos trabalhadores, do engenheiro a qualquer empregado da última categoria profissional. Isto traduzia-se em que a informação era transparente e qualquer trabalhador podia conhecer a folha de pagamento dos seus superiores ou os benefícios que gravava a empresa.

Que recordas do “Acampamento da Esperança”?

Principalmente, a solidariedade e o apoio que nos oferecêrom as pessoas de Madrid. Unicamente nos olhavam com receio os proprietários e proprietárias dos ‘chiringuitos’ (barraquinhas) da Castelhana e, algumha noite, sobretudo depois dos jogos de futebol do Real Madrid, sofremos ataques dos Ultra-sur. Porém, a vizinhanza esteve conosco e mostrou-nos o seu carinho. Mas, esta foi umha experiência muito dura, durante a qual houve perto de umha dezena de suicídios e outras tantas mortes por enfarte, para nom falar dos muitos trabalhadores que necessitárom e ainda precisam de tratamento psicológico.

Interiores

Xan Carlos Ánsia

O nacionalismo já usa lingerie fina. Portas dentro. Sem complexos nem dissimulações. A uniformidade paisagística, notória até nos parques de estacionamento, deixou passar umha amálgama de roupas e cores, de melhor ou pior encaixe mas que alegam muito a vista. Sobretudo quando se olha para as primeiras bancadas da assembleia.

Sem nenhuma ponderação e menos equilíbrio, a equipa de liderança, mostra sofisticadas etiquetas, punhos de camisas com gémeos, lingerie de renda e atrevidos desenhos de Chueca. Num ousado incumprimento das pautas de comportamento, que poderíamos catalogar como históricas, desaparecem as ortodoxas, burocráticas e rotineiras cuecas brancas, para abrir espaço a um esplêndido sortido de tangas, ‘slips’ extravagantes e ‘t-shirts’ apertadas. Estimula tanta diversidade, na qual há também quem chegue ao atrevimento de usar traje inglês de risca diplomática e quem apareça, em desusada congruência, com umha escarapela de umha fouce e um martelo por cima de umha ‘espirale’.

Já nom temos cornos mas ficamos o rabo. Os primeiros fôrom doados em bandeja de prata para contribuir a nom ferir sensibilidades eleitorais. O segundo estamos a disfarçá-lo entre mesas e toalhas de mesa de comemorações constitucionais e pactos circunstanciais com as hostes locais do “Rajoismo” compulsivo. Nestas condições torna-se fácil e gratificante aparecer em casamentos, baptizados, oferendas florais e inaugurações. E o gasto em vestimenta é mínimo. O mesmo vale a indumentária usada em conchaves internos que a obrigada em contextos cívicos de alto gabarito.

Ante tanta elegância, protocolo e respeito das disposições estatutárias, seria bom um pouco de mal comportamento. Ajuda a nom esmorecer por aborrecimento, e ainda que se perdam votações a esgalha, trata-se de divertir-se um pouco de vez em quando.